

Análise do Nível de Evidenciação dos Itens Compulsórios e Não Compulsórios: um Estudo nos Relatórios Contábeis da PETROBRÁS

Autoras

VANESSA FLORÊNCIO FERREIRA
PMIRPGCC - UNB/UFPB/UFPE/UFRN

DUCINELI RÉGIS BOTELHO
PMIRPGCC - UNB/UFPB/UFPE/UFRN

RESUMO

Com os avanços da tecnologia, torna-se cada vez mais fácil a disseminação da informação, possibilitando a publicação de informações diferenciadas para usuários de interesses distintos, com o benefício de divulgação a baixo custo. Contudo, muitas empresas relutam em divulgar informações não compulsórias, tal relutância diminui à medida que as empresas passam a depender de capital estrangeiro, pois tendem a fazer divulgação apropriada aos mercados financeiros, nos quais pretendem captar recursos. Com o intuito de garantir a qualidade dessas informações divulgadas pelas empresas brasileiras, os órgãos regulamentadores estabelecem um conjunto mínimo de informações a serem disponibilizadas pelas empresas de capital aberto, através de itens compulsórios, como os exigidos pela Lei n.º 6.404/76, e não compulsórios, como os recomendados por Pareceres de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre outros itens. Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar o nível de evidenciação dos itens compulsórios e não compulsórios dos relatórios contábeis da PETROBRÁS, para os exercícios findos de 1998 a 2004, publicados no sítio da CVM. O delineamento de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, de natureza exploratória e qualitativa, fundamentado na pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados da pesquisa demonstraram um cumprimento de todos os itens compulsórios e, com relação aos itens não compulsórios de evidenciação contábil, foram verificados um nível de divulgação maior que 75% das recomendações demonstradas pela pesquisa. Isso demonstra um alto nível de evidenciação contábil, porém deve-se permanecer atento às exigências dos usuários e buscar sempre aprimorar as práticas contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A evidenciação contábil, através da divulgação de demonstrações aos seus usuários, é alvo de discussões em todo o mundo por profissionais contábeis ao longo do tempo, pois faz parte diretamente dos objetivos da contabilidade.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 42) descrevem que “A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Para Iudícibus (1997), o objetivo da contabilidade praticamente permaneceu inalterado ao longo dos anos; as mudanças significativas deram-se nos tipos de usuários e nas formas de informação que tem sido demandadas.

Com os avanços da tecnologia nos tempos atuais, torna-se cada vez mais fácil a disseminação da informação contábil, com o intuito de atingir diversos tipos de usuários. A internet pode ser um eficiente instrumento para coletar, integrar e distribuir informação. Isto vem determinando que as empresas a usem, cada vez mais, para divulgar as suas informações contábeis e financeiras.

Conforme afirmam Wernke e Lembeck (2002, p. 75), “Percebe-se que vem acontecendo um gradativo abandono do paradigma da utilização do suporte de papel na divulgação de informes financeiros e o aumento na utilização das novas tecnologias de comunicação digital”.

Porém, Vasconcelos e Viana (2002, p. 21) ressaltam a preocupação com o entendimento das demonstrações por parte dos usuários: “[...] de nada adianta a posse da tecnologia se a informação não é entendida, muito menos compartilhada, assim como se sabe que a informação não produzirá efeitos se não existir uma mentalidade focada na direção da informação ao atendimento à necessidade do usuário”.

As empresas podem adotar diferentes formas de evidenciação, mas devem fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. “Ocultar informações ou fornecê-las de forma demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso” (IUDÍCIBUS, 1997, p. 115). Deve-se limitar a quantidade de informação a ser divulgada, procurando obter um nível ótimo de evidenciação, a informação não deve ser resumida, porém não deve ser apresentada em excesso, como explica Iudícibus.

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 515), o estabelecimento acerca da quantidade de informação a ser divulgada, depende muitas vezes do usuário a que se destina:

A quantidade de informação a ser divulgada depende, muitas vezes, da sofisticação do usuário que a recebe. Três conceitos de divulgação são geralmente propostos: *divulgação adequada, justa e completa*. A mais comumente utilizada dessas expressões é divulgação adequada, mas isso pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras. A divulgação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial. Divulgação completa pressupõe a apresentação de toda a informação relevante.

Ressaltam ainda Hendriksen e Breda (1999, p. 517), que “evidências mostram que as empresas relutam em aumentar o grau de divulgação financeira sem que haja pressão para isso proveniente da comunidade contábil ou do poder público”. Tal relutância é atribuída aos seguintes argumentos, a saber:

- 1) A divulgação ajudará os concorrentes em prejuízo aos acionistas;
- 2) A divulgação integral dá aos sindicatos uma vantagem quando da negociação de salários;
- 3) Os investidores não são capazes de compreender as políticas e os procedimentos contábeis, e que a divulgação completa apenas confundirá, em lugar de esclarecer;
- 4) Pode haver outras fontes de informação financeira disponíveis para proporcioná-la a um custo mais baixo do que se fosse fornecida pela empresa em suas demonstrações financeiras; e
- 5) A falta de conhecimento das necessidades dos investidores.

Diante de tais argumentos, fica evidenciada a visão conservadora por parte das empresas, que relutam em divulgar informações não compulsórias, essa mentalidade é desenvolvida no seio organizacional quando seus líderes não têm a noção exata da importância da evidenciação contábil.

Entretanto, Hendriksen e Breda (1999, p. 517) esclarecem que os investidores geralmente obtêm sua informação de outras fontes, a divulgação integral geralmente melhora

o clima de negociação de salários junto aos sindicatos, os investidores geralmente são versados em contabilidade e a falta de conhecimento das necessidades dos investidores não deve ser um fator limitador dada a existência de muitos modelos de decisão.

Observa-se, portanto, a diversidade de pensamentos acerca de divulgação contábil, bem como a importância da constante busca pela satisfação dos diversos tipos de usuários. Com relação aos tipos de usuários da informação contábil, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 69), descrevem:

Os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 69) destacam ainda sobre os tipos de usuários:

Os usuários internos incluem os administradores de todos os níveis, que usualmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da Entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional. Já os usuários externos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos, expressos nas demonstrações contábeis.

Diante destas descrições, acerca do nível de informação disponibilizada aos usuários externos e internos, fica evidenciado que os usuários externos recebem uma parcela menor de informação em relação aos internos, pois os usuários externos limitam-se ao que é divulgado pelas empresas, enquanto os internos estão diretamente ligados ao cotidiano da empresa, detendo o privilégio da informação completa e de primeira mão.

Com o intuito de suprir às necessidades dos usuários externos, a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações ou Lei das S.A., estabelece um conjunto mínimo de informações a serem disponibilizadas pelas empresas de capital aberto.

Contudo as exigências legais que abordam as demonstrações obrigatórias parecem não suprir as necessidades dos usuários, conforme afirmam Ponte e Oliveira (2004, p.7):

As informações divulgadas em demonstrações tradicionais – Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – parecem não atender às necessidades dos usuários.

Apesar da relutância em divulgar informações não compulsórias por parte de algumas empresas, outras conseguem captar a importância da evidência contábil para a satisfação das necessidades dos usuários, ou apenas tentam cumprir exigências de mercados financeiros internacionais, visando captar recursos.

Hendriksen e Breda (1999, p. 516) afirmam que na medida em que as empresas passam a depender mais de capital estrangeiro, tendem a fazer divulgação financeira apropriada aos mercados financeiros nos quais pretendem captar recursos.

No Brasil, várias empresas de capital aberto negociam ações em mercados financeiros internacionais, como a PETROBRÁS, que negociam ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Estas devem preocupar-se não só em atender a legislação e usuários brasileiros, mas devem também se enquadrar nos padrões internacionais de divulgação, já que tais padrões divergem entre si, bem como a diferença cultural, diferenciando os interesses dos usuários nacionais e internacionais.

Diante dessas considerações, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar o nível de evidenciação dos itens compulsórios e não compulsórios dos relatórios contábeis da PETROBRÁS, para os exercícios findos de 1998 a 2004, publicados no sítio da CVM.

O estudo, quanto aos objetivos, compreende uma pesquisa exploratória. Em relação aos procedimentos, o estudo utiliza-se de pesquisa bibliográfica, buscando orientações legais e científicas sobre evidenciação contábil, no que se refere às demonstrações contábeis publicadas, ou seja, revisão da literatura disponível sobre o assunto, bem como uma pesquisa documental, para levantamento e análise das informações contidas nas demonstrações contábeis publicadas, classificando-as em compulsórias e não compulsórias. Finalmente, foi desenvolvido um estudo qualitativo, que consistiu na elaboração e análise dos dados obtidos das demonstrações contábeis da PETROBRÁS, publicadas no sítio da CVM, nos exercícios findos de 1998 a 2004.

Desse modo, a estrutura deste trabalho está dividida em quatro partes com a finalidade de atingir o objetivo proposto. Após esta introdução, a segunda parte apresenta a fundamentação teórica da evidenciação contábil, demonstrando os itens compulsórios e não compulsórios através da teoria contábil, bem como exigências legais para a publicação de demonstrativos contábeis. Em seguida, será analisada os dados da pesquisa documental efetuada nos demonstrativos publicados pela PETROBRÁS. Finalmente, a quarta parte apresentará as considerações finais sobre os principais aspectos que permeiam o assunto estudado.

2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

2.1 Evidenciação à luz da teoria contábil

Vasconcelos e Viana (2002, p. 24) afirmam que “O usuário precisa compreender a essência da informação para atribuir-lhe valor e concretizá-la no processo decisório; para tanto, a informação precisa ser conclusiva e diretiva aos objetivos da empresa”. Para que a informação converta-se em decisão, precisa ser além de eficiente, eficaz.

Para Chiavenato (1999, p. 7) “a eficiência é necessária, mas não é suficiente. Deve haver **eficácia**, principalmente, o que significa atingir objetivos e resultados. A eficácia relaciona-se com os fins e propósitos”. Neste contexto ser eficiente consiste em divulgar informação compreensível ao usuário e ser eficaz é ter a capacidade de captar e colocar a disposição informação indispensável para o processo decisório.

Mas, para que seja atingida a eficácia da informação, é importante que o usuário tenha o devido preparo para interpretá-las de forma adequada. Expõem, ressaltando a importância do perfil do usuário para que a informação contábil a ser divulgada, Vasconcelos e Viana (2002, p. 23): “O conhecimento é o contexto maior da informação. Desta forma, é imprescindível que se lance mão da reflexão sobre a qualidade do preparo do usuário”.

Conforme evidenciado, deve-se primeiramente definir quais os usuários pretende-se atingir com a divulgação contábil, além disso, deve-se também conhecer o ambiente econômico, legal, político e social no qual os padrões de divulgação são fixados.

2.1.1 Definição dos usuários da informação contábil

Marion (2003, p. 25) apresenta uma definição de usuário: “*Usuário* pode ser considerado como qualquer pessoa (física ou jurídica) que tenha interesse em conhecer dados (normalmente fornecidos pela contabilidade) de uma entidade”.

O conceito apresentado por Marion, é de forma geral. Para que se estabeleça o nível adequado de informação a ser divulgado pelas empresas, é necessário estabelecer de forma

mais objetiva, o usuário que se pretende atingir. Deve ser reconhecido que cada grupo de usuários e reconhecer que têm interesses distintos.

A atual evolução da tecnologia viabiliza um enfoque dos objetivos da Contabilidade no sentido de fornecer conjuntos separados de informação para grupos relevantes, através da Internet, por exemplo, conforme afirmam Wernke e Lembeck (2002, p. 79) “ As informações financeiras são procuradas na Internet por usuários com perfis diferentes entre si, desde investidores informais a institucionais”.

Embora a internet viabilize a disseminação da informação, possibilitando a divulgação de várias tipos de informações a diversos grupos de interesse, a um baixo custo, a empresa deve estabelecer o grupo principal a que a informação contábil se destina.

Objetivos da divulgação financeira segundo o *Financial Accounting Standard Board – FASB* (apud HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999, p. 114): “decorrem em grande parte das necessidades daqueles aos quais a informação se destina, o que por sua vez depende muito da natureza das atividades econômicas e das decisões com as quais os usuários estão envolvidos”. Assim, os objetivos da divulgação financeira estão diretamente ligados aos interesses dos usuários, tornando-se de fundamental importância a definição dos mesmos para uma divulgação adequada.

Hendriksen e Breda (1999, p. 510-511) observam que os acionistas são os principais usuários da informação contábil “os acionistas representam o grupo fundamental para o qual se faz divulgação financeira”, porém, “deve-se divulgar informação a funcionários, clientes, órgãos do governo e ao público em geral, mas esses grupos são encarados apenas como destinatários secundários dos relatórios anuais e de outras formas de divulgação”.

Conforme afirmam Iudícibus e Marion (2000, p. 42), “o processo decisório decorrente das informações apuradas pela Contabilidade não se restringe apenas aos limites da empresa, aos administradores e gerentes (usuários internos), mas também a outros segmentos, quais sejam, usuários externos”.

Dessa forma, deve-se conhecer também as características e interesses dos usuários externos, para que a divulgação de informações contábeis atinja seus objetivos. Através do quadro 1, verifica-se os tipos e características dos usuários externos segundo Iudícibus e Marion (2000, p. 42).

| Usuário | Características |
|---------------------------------|---|
| Investidores | É através dos relatórios contábeis que se identifica a situação econômico-financeira da empresa; dessa forma o investidor tem as mãos os elementos necessários para decidir sobre as melhores alternativas de investimentos |
| Fornecedores de bens e serviços | Usam os relatórios para analisar a capacidade de pagamento da empresa compradora dos bens ou serviços |
| Bancos | Utilizam os relatórios para aprovar empréstimos, limite de crédito etc. |
| Governo | Não só usa os relatórios com a finalidade de arrecadação de impostos como também para os dados estatísticos, no sentido de melhor redimensionar a economia (IBGE, por exemplo) |
| Sindicatos | Utilizam os relatórios para determinar a produtividade do setor, fator preponderante para reajuste de salários |
| Outros interessados | Funcionários (este, usuário interno), órgãos de classes, pessoas e diversos institutos, como a CVM, o CRC etc. |

Quadro 1 – Usuários externos da informação contábil
Fonte: IUDÍCIBUS e MARION, 2000

Definindo-se os acionistas e outros investidores, como sendo o grupo apropriado para o direcionamento do foco a ser adotado pela contabilidade, então a divulgação feita na publicação de informações financeiras pode ser definida, segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 511) como sendo “a apresentação de informação necessária para o funcionamento ótimo de mercados eficientes de capital”.

Após a definição do usuário que se pretende atingir com a divulgação contábil, deve haver um entendimento do mercado em que a empresa está inserida, para que possa ingressar de forma adequada através de suas demonstrações contábeis.

2.1.2 Mercado de capitais

Segundo a Bovespa (1999, p. 6): “O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem o propósito de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização”. Tal processo se dá pela negociação de títulos, principalmente ações e debêntures em bolsa de valores.

Quando uma empresa busca recursos de capital, por meio de captação pública, participa do chamado mercado de capitais. Leite (2002, p. 86) descreve o crescimento do mercado de capitais, como segue:

Com o processo de globalização dos mercados, o crescimento do mercado de capitais se dá de forma acelerada, de tal forma que influencia a internacionalização da contabilidade por meio da necessidade dos investidores internacionais, dos analistas de patrimônio líquido, dos banqueiros e de outros usuários das informações contábeis entenderem e analisarem melhor as demonstrações contábeis de companhias espalhadas pelo mundo.

Nessas transações, faz-se necessária a análise ou estudo da empresa onde o investidor em ações vai destinar seus recursos. Busca-se a imagem dos valores de um negócio por meio da informação contábil, para servir de base a uma expectativa de lucros de quem faz o investimento.

Através da competitividade dos mercados, as empresas devem ser requeridas a procurar melhorar a sua reputação através da apresentação de informações contábeis adicionais de forma voluntária.

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 117), um enfoque baseado no mercado sugere dois objetivos para a contabilidade: “Há necessidade de informação para permitir uma alocação ótima de recursos entre produtores”. [...] “a informação é necessária para o estabelecimento de preços de títulos que reflitam as relações entre risco e retorno”, ou seja, entre outros fatores a informação divulgada pelas empresas é de suma importância para o funcionamento eficiente do mercado.

2.1.3 Eficiência de Mercado

Esse objetivo tem sido tema de pesquisas por quase 25 anos, conforme relatam Hendriksen e Breda (1999, p. 117) e explicam que foram constatados que as variações de preços nos mercados de capitais não eram correlacionadas. Fama (1970, apud HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 117) sugeriu que tal ausência de correlação se devia à eficiência dos mercados no sentido que os preços dos títulos refletiam integralmente as informações disponíveis de forma não viesada. Isto passou a ser conhecido como Hipótese de Mercado Eficiente. Em sua forma teórica, segundo o mesmo autor, as condições suficientes para um mercado eficiente são: não há custos de transação na negociação de títulos; toda informação disponível está igualmente disponível a todos os participantes do mercado, sem qualquer custo; e todos os participantes do mercado possuem expectativas homogêneas em relação às implicações da informação disponível.

Porém, essas condições são suficientes para um modelo teórico, questiona-se se essa teoria pode ser aplicada, ou seja, se essas condições são realmente necessárias para que se obtenha um mercado eficiente no mundo real.

Hendriksen e Breda (1999, p. 117) definem o que é necessário para que seja atingida a eficiência de mercado: “Tudo o que é realmente necessário para que haja eficiência é que toda a informação disponível se incorpore aos preços dos títulos imediatamente, ou com uma

demora mínima, não viesada”. Hendriksen e Breda (1999, p. 117), apresentam também uma definição de mercado eficiente em relação ao sistema de informação: “O mercado é eficiente em relação a um sistema de informação se e somente se os preços se comportarem como se todos observassem os sinais produzidos por esse sistema de informação”.

Conforme exposto, a eficiência de mercado, bem como o estabelecimento de preço de mercado, pode ter várias abordagens, mas em todas ficam evidenciada a importância da informação para o funcionamento do mercado.

2.1.4 Níveis de evidenciação

Conforme ressalta Iudícibus (1997), a evidenciação constitui compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, e diz respeito a apresentação ordenada de informações quantitativas e qualitativas, propiciando uma base adequada de informações para o usuário.

Com relação à quantidade de informação a ser evidenciada Iudícibus (1997, p. 111), apresenta três conceitos evidenciação adequada, evidenciação justa e evidenciação plena. “Na verdade, não existe diferença efetiva entre tais conceitos, [...] toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena”.

Assim, a empresa deve oferecer ao usuário um nível de informação que satisfaça suas necessidades, proporcionando a maior quantidade de informação relevante para que esta possua as características citadas por Iudícibus.

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 516), a “informação que não pode ser colocada em termos quantitativos é mais difícil de avaliar, em termos de significância e relevância”. Para eles uma forma de verificar a relevância de uma informação a ser evidenciada é respondendo a seguinte pergunta: a adição da informação tende a melhorar a maioria das decisões baseadas nos relatórios financeiros?

Hendriksen e Breda (1999, p. 514) destacam ainda dois níveis nos quais a informação financeira pode ser vinculada, nas demonstrações financeiras e nos materiais que as acompanham. Expõem também considerações do assunto pelo *Financial Accounting Standard Board* (FASB) e o *International Accounting Standards Board* (IASB) (apud, HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 514), o FASB por exemplo, afirma que: “Como reconhecimento significa representação de um item tanto em palavras quanto em números, sendo o valor incluído nos totais das demonstrações financeiras, a divulgação por outros meios não é reconhecimento”.

Enquanto o IASB adota uma posição semelhante:

Às vezes, um tratamento incorreto ou inadequado é dispensado a itens de balanço, demonstração do resultado ou contas de lucros ou perdas, ou outras demonstrações. A divulgação do tratamento adequado é necessária em qualquer caso, mas a divulgação não é capaz de retificar um tratamento incorreto ou inadequado.

Observa-se, portanto, que os dois níveis a que Hendriksen e Breda referem-se, não são considerados da mesma forma pelas autoridades contábeis, evidenciando a falta de consenso a respeito do assunto.

2.1.5 Métodos de evidenciação

A divulgação envolve o processo completo de contabilidade financeira. Entretanto, há diversos métodos distintos de divulgação disponíveis. A escolha do melhor método de divulgação, em cada caso, depende da natureza da informação e de sua importância relativa.

Antes de definir os métodos de evidenciação, faz-se necessário definir os atributos da informação, considerando que a evidenciação deve ser propriedade de qualquer demonstrativo, formal ou gerencial, é necessário definir o conteúdo da informação a ser divulgada.

Vasconcelos e Viana (2002, p. 23) afirmam que a evidenciação “é tão somente a face da informação que o usuário percebe”. Ressaltam ainda as mesmas autoras que “A evidenciação, em sua ampla acepção, já pressupõe plenitude, equilíbrio, justiça e adequação, uma vez que estes são atributos da informação”.

O quadro 2, sugere alguns atributos para a informação, de modo a auxiliar sua geração, uma vez que, definida sua essência, a informação aproxima-se mais de seus objetivos de atender às necessidades de seus usuários.

| Atributo | Descrição |
|----------------|--|
| Orientação | Direção aos fins a que se presta, uma vez que facilita o entendimento do usuário |
| Veracidade | A informação deve emergir da verdade |
| Evidenciação | Comunicação eficaz, atingindo o objetivo da compreensão do usuário |
| Consistência | Substância, conteúdo como objeto de convencimento, engajamento entre a matéria abordada e a realidade |
| Precisão | A informação não deve conter erros; é necessário um rigoroso cuidado na imputação dos dados, pois os mesmos, ao estarem errados, vão gerar informações imprecisas |
| Completa | Deve conter tudo o que for relevante |
| Econômica | Deve-se observar o volume de informação porque, às vezes, a empresa produz informações desnecessárias, e o custo para obter informações é diretamente proporcional ao seu volume |
| Confiável | Origem segura |
| Relevante | Deve ser do interesse do tomador de decisão |
| Simple | A informação deve apresentar-se numa linguagem clara para tornar-se compreensível para quem precisa dela |
| Tempestividade | a informação deve ser tempestiva. De nada adianta para um tomador de decisão uma informação atrasada, ou seja, fora de seu <i>timing</i> |

Quadro 2 – Atributos da informação

Fonte: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, 2002.

Após definidos os atributos da informação, deve-se demonstrar os métodos de evidenciação, dentre vários existentes Iudícibus (1997) descreve seis deles, como: forma e apresentação das demonstrações contábeis; informação entre parênteses; notas de rodapé (explicativas); quadros e demonstrativos suplementares; comentários do auditor; e relatório da diretoria. Afirma ainda Iudícibus (1997, p. 111), que a principal evidenciação está nos relatórios formais, por tal motivo o conteúdo das formas de evidenciação torna-se realmente necessário:

Já que no Brasil prevalece a idéia de que evidenciação é quase sinônimo de notas de rodapé ou explicativas, quando a evidenciação principal está contida nos próprios relatórios formais, é necessário definir brevemente o conteúdo de tais formas de evidenciação.

Na primeira, *forma e apresentação das demonstrações contábeis formais*, devem conter a maior quantidade de evidenciação. Uma forma de melhorar a evidência é colocá-las em uma ordem que melhore sua interpretabilidade, melhorando sua evidência .

Na segunda, *informação entre parênteses*, são utilizadas para esclarecer o título de um grupo nos demonstrativos contábeis ou ainda um critério de avaliação utilizado, as informações entre parênteses devem ser curtas.

Na terceira, *notas de rodapé* ou *notas explicativas*, tem o objetivo de evidenciar informação que não pode ser apresentada nos demonstrativos contábeis e/ou, se o fizessem, diminuiria sua clareza.

A quarta forma de evidenciação são os *demonstrativos e quadros suplementares*. Os quadros suplementares podem apresentar detalhes de itens que constam dos demonstrativos tradicionais, enquanto os demonstrativos suplementares apresentam os demonstrativos contábeis sob outra perspectiva de avaliação, por exemplo, corrigidos pelo nível geral de

preços ou a custos de reposição. Os quadros suplementares podem estar contidos nas notas explicativas.

A quinta forma de evidenciação, *comentários do auditor*, serve como fonte adicional de evidenciação para outros tipos de informação, como: efeito relevante por ter métodos contábeis diversos dos geralmente aceitos; efeito relevante por termos mudado de um princípio geralmente aceito para outro; e diferença de opinião entre o auditor e o cliente, com relação a um ou mais métodos contábeis utilizados nos relatórios.

Na sexta e última forma de evidenciação, *relatório da diretoria*, engloba, normalmente, informações de caráter não financeiro que afetam a operação da empresa: expectativas com relação ao futuro no que se refere à empresa e ao setor, planos de crescimento da companhia e valor de gastos efetuados ou a efetuar no orçamento de capital ou em pesquisa e desenvolvimento.

Os métodos acima descritos são fundamentados no ponto de vista de Iudícibus (1997), entretanto, Hendriksen e Breda (1999, p. 524) apresentam um método de evidenciação a mais que os apresentados por Iudícibus: terminologia e apresentações detalhadas, a saber:

Tão importantes quanto a forma das demonstrações, no processo de divulgação, são as descrições usadas numa demonstração e o grau de detalhamento empregado. Títulos e descrições apropriados dos itens contidos nas demonstrações podem ser esclarecedores para o leitor, mas termos obscuros só podem levar a confusão ou incompreensão.

Vários são os métodos de evidenciação, que podem variar de empresa para empresa, mas é importante que a informação não se afaste de seu principal objetivo que é atender ao usuário da informação de forma adequada. É o que afirma Iudícibus (1997, p. 115):

As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base de informação adequada para o usuário.

A medida que se aguçam os instrumentos de análise de investimentos e financeira em geral, o investidor toma suas decisões baseado na maior e melhor quantidade possível de informação. As normas e leis tem o objetivo de garantir o fornecimento de informações contábeis capazes de atender as exigências dos usuários externos, buscando uma padronização das informações, aumentando assim a comparabilidade de tais informações pelos usuários externos.

Com frequência os órgãos reguladores da prática contábil têm expedido leis, normas e orientações tratando da divulgação das demonstrações contábeis e outras informações que venham aumentar a qualidade da evidenciação para os usuários externos.

Iudícibus e Marion (2000, p. 279) afirmam que “Nossa legislação contábil, no que se refere a demonstrações contábeis que devem ser publicadas todo ano, principalmente para as sociedades de capital aberto, é uma das mais aperfeiçoadas do mundo”. Esta afirmação está amparada pelos elogios dos pronunciamentos do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e CVM, atuações nas legislações contábeis pelo Banco Central e Receita Federal e aderência de nossos princípios e técnicas ao IASB.

2.1.6 Relatórios Contábeis

Segundo Marion (2003, p. 39) “relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos para a contabilidade. Objetiva relatar aos usuários os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período”.

Conforme afirma Marion, a mensagem evidenciada nos relatórios contábeis propriamente ditos são meros dados. Embora em melhor estado de organização, dados não são informações.

Stair (1998, apud VASCONCELOS e VIANA, 2002, p. 24) define que “Dados são os fatos em sua forma primária”. Define ainda o mesmo autor “Informação é um conjunto de fatos organizados de tal forma que adquirem valor adicional além do valor do fato em si”.

Através de dados divulgados, o usuário capacitado a interpretá-los, absorve a informação neles contidos, convertendo-a em decisão, atingindo então a eficácia da informação já tratada anteriormente. Buscando o enriquecimento da informação levada ao público, órgãos como a CVM, publicam orientações de caráter não compulsório, a fim de incentivar a publicação de itens não obrigatórios, mas relevantes para a evidenciação contábil das empresas.

2.2 Exigências legais

A Contabilidade é influenciada pelos limites e critérios fiscais, principalmente pela legislação de Imposto de Renda. Isso dificulta a evolução da contabilidade, conforme afirmam Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 25),

Esse fato, ao mesmo tempo que trouxe à contabilidade algumas contribuições importantes e de bons efeitos, limita a evolução dos Princípios Fundamentais de Contabilidade ou, ao menos dificulta a adoção prática de princípios contábeis adequados, já que a Contabilidade era feita pela maioria das empresas com base nos preceitos e formas de legislação fiscal, a qual nem sempre se baseava em critérios contábeis corretos.

Wernke e Lembeck (2002) apresentam que os fundamentos e importâncias do estabelecimento de normas sobre divulgação financeira são: facilitar o desenvolvimento de uma base comum para a compreensão de termos e alternativas que facilitem as negociações entre usuários e empresas sobre o conteúdo divulgado; promover divulgação neutra e não enviesada; aumentar a comparabilidade da informação financeira; permitir a auditoria da informação financeira; e facilitar a obtenção e tratamento da informação como resultado da sua preparação, de acordo com uma estrutura definida, compreendida e aceita.

Dessa forma, após evidenciada a importância de norma que regulamentem a divulgação de informações contábeis, a seguir serão descritas as demonstrações e itens compulsórios por diversas normas e leis. Assim, A Lei das Sociedades por Ações estabelece como obrigatórias as seguintes demonstrações: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do exercício; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados; d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; e e) Notas explicativas.

Outros itens obrigatórios pela Lei nº 6.404/76 são: demonstrações comparativas, a Lei das S.A. obriga à comparação das demonstrações contábeis de dois exercícios subsequentes; consolidação das demonstrações contábeis; parecer dos auditores independentes; relatório da administração; eliminação de obrigatoriedade de efeitos da inflação; e recomendações da CVM.

3 ESTUDO NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS PUBLICADOS PELA PETROBRÁS

Este item consiste em um estudo nas demonstrações contábeis da PETROBRÁS, para os exercícios findos de 1998 a 2004, o qual divide-se em três partes, a saber:

- a) análise da evidenciação através das demonstrações contábeis, em observância aos itens não compulsórios da evidenciação, recomendados pela teoria da contabilidade;
- b) análise da evidenciação dos itens compulsórios da divulgação contábil, regulamentados pela Lei n.º 6.404/76; e
- c) análise das demonstrações contábeis, no tocante aos itens não compulsórios tratados pelos Pareceres de Orientação da CVM n.º 15/87 e n.º 24/92; Cartilha de Governança Corporativa e do Projeto de Lei n.º 3.741.

Os dados apresentados neste item, no que se refere aos itens não compulsórios, foram extraídos dos Relatórios da Administração e Notas explicativas dos períodos de 1998 a 2004. Com o intuito de analisar o nível de evidenciação da PETROBRÁS, estabelecendo uma base de avaliação, de forma a facilitar a análise dos dados constantes neste item, foram determinados critérios classificatórios, conforme demonstrado a seguir pelo quadro 3.

| NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO | CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS |
|-----------------------|--|
| Alto | Apresentação de todos os itens de evidenciação compulsórios, e pelo menos 75% dos itens não compulsórios. |
| Satisfatório | Apresentação de todos os itens compulsórios apresentados, e 50% ou mais dos itens não compulsórios apresentados. |
| Regular | Apresentação de todos os itens compulsórios apresentados, e algum item não compulsório apresentado. |
| Insatisfatório | Apresentação apenas de itens compulsórios de evidenciação contábil demonstrados. |

Quadro 3 – Critérios classificatórios

Fonte: Elaboração própria

3.1 Evidenciação de itens não compulsórios fundamentados à luz da teoria contábil

Com a finalidade de estabelecer um grau de observância às recomendações da teoria contábil, evidenciando o nível de divulgação, das demonstrações contábeis com exercício findo em 1998 a 2004, essa parte do estudo apresenta tabelas e análises realizadas a partir do referencial teórico abordado pela pesquisa.

A tabela 1 apresenta a observância da PETROBRÁS aos itens não compulsórios recomendados pela teoria contábil nos exercícios findos de 1998 a 2004.

| Itens Não Compulsórios Recomendados pela Teoria Contábil | Exercícios | | | | | | |
|--|------------|------|------|------|------|------|------|
| | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Demonstração de Fluxo de Caixa | | X | X | X | X | X | X |
| Demonstração do Valor Adicionado | | X | X | X | X | X | X |
| Balanco Social | X | X | X | X | X | X | X |
| Mercado de Capitais | X | X | X | X | X | X | X |
| Previsões Financeiras | X | X | X | X | X | X | X |
| Políticas Contábeis | X | X | X | X | X | X | X |
| Mudanças Contábeis | | X | X | | X | X | X |

Tabela 1 – Itens não compulsórios recomendados pela teoria da contabilidade

Fonte: Elaboração própria

Um aspecto importante a destacar é que no ano de 1998, conforme evidenciado pela tabela 1, não foram divulgadas a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Valor Adicionado. Porém, a tabela 1 se refere as demonstrações propriamente ditas, enquanto foram evidenciadas de forma descritiva alguns itens relacionados aos demonstrativos em questão, através de menções em diversos itens no ao longo do Relatório da Administração e Notas Explicativas. Outro aspecto importante a ser evidenciado é a falta de divulgação de Mudanças Contábeis para os exercícios de 1998 e 2001, este fato pode ser explicado por uma possível falta de ocorrência de mudanças de critérios contábeis para tais exercícios.

Vale destacar acerca do Balanço Social, que a PETROBRÁS, apesar de evidenciar informações de caráter social e ambiental, em todos os exercícios de 1998 a 2004, só o fez na forma de demonstrativo a partir do exercício de 2003, nos demais exercícios anteriores, as

informações de caráter social eram evidenciadas ao longo do Relatório da Administração e Notas Explicativas de forma descritiva, em inúmeros itens.

De forma geral, a PETROBRÁS evidenciou de modo a atender as recomendações da Teoria Contábil, conforme demonstra o gráfico 1, apenas 8% dos itens recomendados não foram evidenciados no decorrer dos exercícios de 1998 a 2004.



Gráfico 1 – Evidenciação de itens não compulsórios recomendados pela teoria contábil e evidenciados pela PETROBRÁS nos exercícios findos de 1998 a 2004

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o gráfico 1, conclui-se que, mesmo com uma quantidade menor de itens evidenciados no exercício de 1998, de forma geral, a PETROBRÁS tem mantido um alto nível de observância aos itens não compulsórios recomendados pela teoria contábil.

3.2 Evidenciação de itens compulsórios regulamentados pela Lei n.º 6.404/76

A PETROBRÁS evidenciou em sua totalidade os itens compulsórios, de acordo com a Lei n.º 6.404/76, é o que se pode verificar através da tabela 2, que demonstra todos os itens compulsórios da Lei em questão para o período de 1998 a 2004.

| Itens Compulsórios Exigidos pela Lei n.º 6.404/76 | Exercícios | | | | | | |
|---|------------|------|------|------|------|------|------|
| | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Balanco Patrimonial | X | X | X | X | X | X | X |
| Demonstração do Resultado do Exercício | X | X | X | X | X | X | X |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | X | X | X | X | X | X | X |
| Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos | X | X | X | X | X | X | X |
| Notas Explicativas | X | X | X | X | X | X | X |
| Demonstrações Comparativas | X | X | X | X | X | X | X |
| Consolidação das Demonstrações Contábeis | X | X | X | X | X | X | X |
| Parecer dos Auditores Independentes | X | X | X | X | X | X | X |
| Relatório da Administração | X | X | X | X | X | X | X |

Tabela 2 – Itens compulsórios exigidos pela lei n.º 6.404/76

Fonte: Elaboração própria.

Vale ressaltar sobre a divulgação da PETROBRÁS de itens compulsórios da Lei n.º 6.404/76, o fato da divulgação da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido. A empresa pode optar por divulgar a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou divulgar a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DPLA); entretanto de 1998 a 2004 foram divulgadas a DMPL, que é uma demonstração mais completa, em que os lucros ou prejuízos acumulados são apenas um dos itens abordados por ela.

3.3 Evidenciação de itens não compulsórios recomendados pelos Pareceres de Orientação da CVM n.º 15/87 e n.º 24/92, Cartilha de Governança Corporativa e Projeto de Lei n.º 3.741

Essa parte do estudo objetiva avaliar o grau de observância da PETROBRÁS às orientações não contempladas nas demonstrações contábeis tradicionais e de natureza não obrigatória, que fazem parte do Relatório da Administração e das Notas Explicativas.

Dessa forma, os dados foram organizados através da tabela 3, que evidencia a observância ao Parecer de Orientação da CVM n.º 15/87; e da tabela 4, que evidencia a

observância ao Parecer de Orientação da CVM n.º 24/92, Cartilha de Governança Corporativa e Projeto de Lei n.º 3.741/2000.

3.3.1 Recomendações do Parecer de Orientação n.º 15/87 da CVM

Os dados referentes aos itens não compulsórios recomendados pelo Parecer de Orientação n.º 15/87 da CVM foram organizados conforme a tabela 3, a seguir:

| ITEM DE EVIDENCIAÇÃO | | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|----------------------|--|------|------|------|------|------|------|------|
| 1 | Descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício social | X | X | X | X | X | X | X |
| 2 | Comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia | X | X | X | X | X | X | X |
| 3 | Recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e turnover no dois últimos anos, segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais | X | X | X | X | X | X | X |
| 4 | Investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados | X | X | X | X | X | X | X |
| 5 | Pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos | X | X | X | X | X | X | X |
| 6 | Novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas | | X | | | | | |
| 7 | Proteção ao meio ambiente: descrição e objetivos dos investimentos efetuados e montante aplicado | X | X | X | X | X | X | X |
| 8 | Ireformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização | | | | X | X | | |
| 9 | Investimentos em coligadas e controladas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões | X | X | X | X | X | X | X |
| 10 | Direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsas de valores | X | X | X | X | X | X | X |
| 11 | Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantificada | X | X | X | X | X | X | X |

Tabela 3 – Ccomportamento no tocante à divulgação dos itens recomendados no Parecer de Orientação n.º 15/87 da CVM
Fonte: Elaboração própria

Conforme demonstrado na tabela 3, dos onze itens observados, apenas dois não foram verificados para todos os anos. Com relação ao item 6 da tabela 3, que trata da evidenciação de novos produtos e serviços, apenas foi observado no exercício de 1999, porém, este fato pode ser entendido unicamente pela não ocorrência do elemento em questão nos demais exercícios abrangidos pela pesquisa. Da mesma forma, o item 8 da tabela 3, que atenta para as reformulações administrativas, somente foi observado nos exercícios de 2001 e 2002, uma vez que, tais reformulações não devem necessariamente acontecer em todos os anos, este fato também pode ser explicado, simplesmente pela não ocorrência nos demais exercícios. A PETROBRÁS atendeu as recomendações do Parecer de Orientação n.º 15/87 da CVM, pois, os itens evidenciados atingiram 86% do total, apresentado na tabela 3, enquanto os itens não evidenciados somaram apenas 14%.

3.3.2 Recomendações do Parecer de Orientação n.º 24/92 da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e Projeto de Lei n.º 3.741

A tabela 4 apresenta os itens não compulsórios, observados nos demonstrativos contábeis da PETROBRÁS para os exercícios findos de 1998 a 2004, no tocante à divulgação dos itens recomendados pelo Parecer de Orientação n.º 24/92 da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e Projeto de Lei n.º 3.741.

Ao se analisar os dados demonstrados pela tabela 4, é possível perceber que a PETROBRÁS evidenciou de forma a atender às recomendações do Parecer de Orientação n.º 24/92 da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e Anteprojeto de reforma da Lei das S.A. para os exercícios findos de 1998 a 2004.

Conforme tabela 4, houve um aumento nos itens evidenciados de 1998 a 2000, permanecendo constante nos exercícios subsequentes. Um fator pode ter levado à evidenciação plena a partir do exercício de 2000 dos itens constantes na tabela 4, as recomendações referidas na mesma são em parte do Projeto de Lei n.º 3.741/2000, ou seja itens não evidenciados para os exercícios 1998 e 1999, podem ter sido observados a partir desse Projeto de Lei. Desse modo, o percentual de itens não evidenciados é de 16%, enquanto os evidenciados atingem 84%, levando-se em consideração todos os itens durante os exercícios de 1998 a 2004.

| Item de Evidenciação | | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|----------------------|--|------|------|------|------|------|------|------|
| 1 | Demonstração de Fluxo de Caixa | | X | X | X | X | X | X |
| 2 | Demonstração do Valor Adicionado | | X | X | X | X | X | X |
| 3 | Notas sobre valor de mercado dos estoques, ouro ou ações de alta liquidez | X | X | X | X | X | X | X |
| 4 | Notas sobre resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações consolidadas | X | X | X | X | X | X | X |
| 5 | Maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de forma que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas num quadro separado, em menor destaque, contendo as contas e respectivos valores exigidos em lei | X | X | X | X | X | X | X |
| 6 | Elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, mesmo quando os investimentos em controladas não atingirem 30% do seu patrimônio líquido, conforme previsto no artigo 249 da Lei n.º 6.404/76 | X | X | X | X | X | X | X |
| 7 | Maior ênfase às demonstrações com correção integral, de forma que as elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos | | | | | | | |
| 8 | Projetos sociais | X | X | X | X | X | X | X |
| 9 | EBITDA | | | X | X | X | X | X |
| 10 | Balanço Social | X | X | X | X | X | X | X |

Tabela 4 – Comportamento no tocante à divulgação dos itens recomendados no Parecer de Orientação n.º 24/92 da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e Anteprojeto de Reforma da Lei das S.A.

Fonte: Elaboração própria

Como já evidenciado na tabela 1, não se verifica divulgação de demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração de Valor Adicionado para o exercício de 1998. O item 9 da tabela 4, que trata do EBITDA, também não foi constatado nos exercícios de 1998 e 1999, sendo observado nos demais exercícios de forma descritiva.

Vale ressaltar sobre o item 7 da tabela 4, em que trata da ênfase às demonstrações com correção integral, não foram constatadas demonstrações com correção integral, para os exercícios findos de 1998 a 2004 publicados no sítio da CVM. Embora, verifique-se menções a correção monetária em alguns itens do Relatório da Administração e Notas Explicativas, de forma descritiva para os exercícios de 1998 a 2004.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo demonstram que com relação a prática da evidenciação de informações não obrigatórias nas demonstrações contábeis, a PETROBRÁS apresentou uma evolução desde o exercício findo em 1998 até o exercício de 2004. A empresa aumentou gradativamente o nível de evidenciação de itens como a Demonstração de Valor Adicionado, a Demonstração de Fluxo de Caixa, informações sobre trabalhos sociais e preservação do meio ambiente. Enquanto que os itens compulsórios, apresentados pela pesquisa, foram observados em sua totalidade.

Demonstrando de forma percentual, o mais baixo grau de observância às recomendações de caráter não compulsório, apresentadas pela pesquisa, foi com relação aos itens recomendados no Parecer de Orientação n.º 24/92 da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e Projeto de Lei n.º 3.741, onde os itens evidenciados alcançaram 84% no período analisado. Mostrando assim, uma preocupação da PETROBRÁS em evidenciar itens não compulsórios dos relatórios contábeis.

Vale destacar que com relação aos Pareceres de Auditores Independentes, divulgados pela PETROBRÁS, foram apresentados com ressalva apenas para os exercícios findos de 1998 a 2000, ou seja, nos exercícios subsequentes foram apresentados sem ressalva. O que caracteriza outro indício de evolução no atendimento às normas e recomendações sobre divulgação contábil.

A partir dos resultados do presente estudo, é revelado um alto nível de evidenciação contábil pela PETROBRÁS, no período de abrangência da pesquisa, que compreendeu os exercícios findos de 1998 a 2004.

Contudo, o presente estudo possibilitou uma verificação da importância da evidenciação através da divulgação de relatórios contábeis pelas empresas, sejam eles de natureza compulsória ou não compulsória, demonstrando a crescente preocupação dos órgãos regulamentadores, no sentido de possibilitar ao usuário da informação contábil, informações de qualidade que venham a auxiliar a compreensão da verdadeira situação econômico-financeira da empresa.

A medida que aumenta a sofisticação dos usuários da informação contábil, a globalização aproxima cada vez mais empresas de países e culturas diferentes, caminhando para uma harmonização de procedimentos internacionais e propiciando o crescimento dos mercados financeiros, novas pesquisas sobre o assunto se tornam imprescindíveis. Portanto, o aumento do grau de observância de empresas brasileiras às normas internacionais de divulgação contábil, bem como um estudo nas tendências dos mercados financeiros atuais, seriam exemplos de possíveis pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Mercado de capitais**. São Paulo: Bovespa, 1999. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/merccap.pdf>>. Acesso em 10 out. 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. São Paulo: MAKRON Books, 1999.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. V. **Teoria da contabilidade**. Tradução por Antônio Zorato Sanvinente. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LEITE, Joubert da Silva J. **Normas contábeis internacionais – uma visão para o futuro**. Revista do Conselho Federal de Contabilidade – Ano XXXI nº 136, p. 84-97, julho/agosto 2002.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PONTE, Vera Maria R.; OLIVEIRA, Marcelle C. **A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras**. Revista de Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, n. 36, p. 7-20, setembro/dezembro 2004.
- VASCONCELOS, Yumara L.; VIANA, Aurelina L. **Evidenciação: forma e qualidade**. Revista do Conselho Federal de Contabilidade – Ano XXXI nº 134, p. 21-29, março/abril 2002.

WERNKE, Rodney; LEMBECK, Marluce. **Divulgação de informações contábeis via Internet.** Revista do Conselho Federal de Contabilidade – Ano XXXI nº 136, p. 75-83, julho/agosto 2002.